

Arq.
ESCRAVISAÇÃO

ótimo retrato histórico das
e no Brasil colonial ... INSPIRADO

A VALORIZAÇÃO DA MULHER NA SOCIOLOGIA HISTÓRICA DE GILBERTO FREYRE

Lúcia Miguel Pereira

A mulher foi numericamente muito inferior ao homem no povoamento e colonização do Brasil, o que sem dúvida correu com os preconceitos, outrora dominantes e ainda não de todo extintos, para quase excluí-la da historiografia. Excluí-la, bem entendido, na medida em que se mantinha especificamente feminina a sua ação; quando, ao contrário, se distinguiu por qualidades tidas como apanágio masculino, não lhe faltaram loas, como as do derramado beneditino Dom Domingos do Loreto Couto, panegirista de tantas letradas e heroínas hoje de todo esquecidas. Certo, circunscrita ao âmbito doméstico que a bem dizer muitas vezes lhe serviu de menagem, não poderia senão escassa e furtivamente figurar na história política; mas nem ao resvalarem para a social lhe davam maior atenção os historiadores, resumindo a opinião geral a de Capistrano de Abreu: em terra de tanta mancebia teriam pouco valor as mulheres, humilhadas ainda quando casadas. "Pai soturno, mulher submissa, filhos aterrados", tal na sua frase tão repetida a família colonial. Provedora de prazer, de descendência e de bem-estar, repartir-se-ia essa oprimida, com diligência e subserviência, entre a cama e a mesa de seu senhor, fôsse ele espôso ou amante. Entre os pratos em que se esmerava e os partos em que se esvaía lhe transcorreria a mesquinha vida, sombreada pelos vultos dominadores do pai e do companheiro. Aprenderia um pouco de doutrina cristã, a coser e bordar-lavrar, como então se dizia—cedo casaria e logo se desmancharia em filhos, sairia raramente, de cadeirinha se rica, escondida no seu rebuço se modesta, conversaria com escravas e comadres, espiaria o mundo através de sua rótula—e talvez cuidasse haver vivido.

Essa a sorte das mulheres brancas, ou que como tais se consideravam; escravas, as índias e negras acumulariam as funções

servis e as de aplacar a luxúria dos amos; constituiriam assim uma camada ainda mais desprezível do que a das senhoras, mas, no fundo, da mesma natureza, tanto que lhes eram ora confidentes ora rivais. Para livrar os colonos de pecarem com as "negras", como primeiro se chamaram as índias, é que, reclamadas por Nóbrega, começaram a vir môças portuguesas para aqui se casarem. A não ser pela cerimônia religiosa, pouco divergiriam essas uniões das que se estabeleciam com as nativas, se é certo que na submissão feminina se baseavam.

Esquemática demais, simplificando excessivamente, deixando de lado muitos aspectos significativos, esta síntese é não obstante a sugerida pela maioria dos que de nosso passado se ocuparam. E, todavia, já não falando dos casos excepcionais—como o das senhoras pernambucanas que na guerra dos holandeses pareceram ao Marquês de Basto tão valorosas quanto os soldados, ou o das paulistas incitando à desforra os filhos a maridos vencidos pelos emboabas—nem mesmo os aspectos peculiares da família brasileira, os hábitos alimentares, a maneira de criar meninos e mobilizar as casas, se podem explicar sem de algum modo desmentir essa mole passividade feminina. Apesar de quase sempre polígamos, os povoadores dificilmente se ambientariam na nova terra sem companheiras que os ajudassem a fixar-se, que lhes dessem, com a prole e o lar, a sensação da estabilidade e da continuidade.

Parece-me por isso da maior importância a parte da obra de Gilberto Freyre dedicada à mulher indígena, onde ela surge, não mais como um mero instrumento da "fusão das nacionalidades tupi e portuguesa", operada aliás à custa da "relaxação dos costumes", no conceito de Varnhagen, ou como "o acessório de valor relativo [...], a bêsta de carga, sem direitos nem proveitos", do retrato de Paulo Prado, mas como o fundamento da sociedade colonial. Paradoxalmente, a volúpia dos conquistadores elevou a fêmea gentia; com efeito, ao passo que submetiam os machos a um regime de trabalho absolutamente inadequado a êsses nômades, traziam aquelas que lhes serviam às "necessidades de geração e de formação de família" para a sua intimidade, dando-lhes, além do amor de branco de que consta terem sido gulosas, funções mais ou menos semelhantes às que em liberdade preenchiam; seria assim, para estas, disfarçada, adoçada a escravidão que, para aquêles, nada abrandaria. "E o certo é que sôbre a mulher gentia fundou-se e desenvolveu-se através dos séculos XVI e XVII o grosso da sociedade colonial, num largo e profundo mes-tiçamento, que a interferência dos padres da Companhia salvou de resolver-se todo em libertinagem para em grande parte regularizar-se pelo casamento cristão". Foi por isso possível organizar-se "uma sociedade cristã na superestrutura, com a mulher

♀
N
E
P
R
A
S

índigena, recém-batizada, por espôsa e mãe de família; e servindo-se na sua economia e vida doméstica de muitas das tradições, experiências e utensílios da gente autóctone". Não se poderá afirmar que a índia haja entendido melhor do que o índio a doutrina cristã, mas parece inegável que se adaptou mais depressa à nova vida, e não apenas no círculo doméstico. Dos documentos citados pelo padre Serafim Leite se infere que exerceu papel relevante nas aldeias estabelecidas pelos jesuítas, cabendo-lhe em muitas delas a chefia. Um inaciano chegou mesmo, a propósito dessas numerosas e enérgicas "principalescas", a falar em matriarcado no Brasil incipiente.

Seriam porém excepcionais essas matriarcas—se me permite Gilberto Freyre assim designar as mulheres que governaram uma comunidade, embora não fôsse matriarcal o regime da sociedade a que pertencia o seu grupo—e, embora individualmente mais interessantes, importam menos à história social do que a mulher comum, espôsa ou concubina de branco, considerada em *Casa-Grande & Senzala* "não só a base física da família brasileira, aquela em que se apoiou, robustecendo-se e multiplicando-se, a energia de reduzido número de povoadores europeus, mas valioso elemento de cultura, pelo menos material, na formação brasileira". Foi pois um fator ativo, de ajustamento social e econômico, e não apenas uma passiva geradora de mamelucos. "Tôda contribuição que se exigiu dela na formação social do Brasil—a do corpo que foi a primeira a oferecer ao branco, a do trabalho doméstico e mesmo agrícola, a da estabilidade [...] —a cunhã correspondeu vantajosamente", muito mais do que o índio, retraído e fugidio, refugando tanto as imposições dos colonos quanto a catequese dos jesuítas.

Já do negro não se poderá dizer o mesmo, logo incorporado, independentemente de sexo, à paisagem física e social do Brasil, "superior ao indígena e até ao português em vários aspectos de cultura material e moral". "Uma vez no Brasil, os negros tornaram-se, em certo sentido, verdadeiros donos da terra: dominaram a cozinha. Conservaram em grande parte a sua dieta." A despeito de não o dizer explicitamente, ao notar êste traço de superioridade africana o autor pensou mais nas negras do que nos negros, já que em tôdas as regiões sempre incumbiu mais à mulher do que ao homem o preparo dos alimentos. Como a índia, porém mais insinuante, mais comunicativa, a preta cedo se instalou, e não raro como dona, nas casas dos brancos. Apenas, ao chegar ao Brasil, encontrou uma situação diversa da que, nos primeiros anos da colonização, lançara os portugueses nos braços das nativas. Já não era tão angustiada a falta de mulheres brancas—brancas ou caboclas, nem por isso socialmente inferiores, em terra

onde eram mestiços muitos dos da governança. Terão sido por isso as negras menos freqüentemente concubinas ostensivas ou espôsas legítimas, a não ser, segundo lembra Gilberto Freyre, nas zonas como as de mineração, nas quais, achando-se as mais das vèzes escoteiros os exploradores, as africanas assumiam o papel desempenhado pelas ameríndias logo após o descobrimento.

Furtivas embora, na sua maioria, foram todavia comuns, entre senhores e escravas, ligações que, se por um lado desenvolviam o sadismo do branco, por outro de algum modo diminuïam a distância social entre os dois parceiros, sobretudo se delas resultavam filhos, alguns criados na própria casa do amo, com a prole legítima. Até os ciúmes que as negras mais formosas provocavam nas senhoras em certo sentido as igualavam, apagada um instante a hierarquia para se defrontarem duas mulheres, duas rivais—a poderosa, a que podia castigar e não raro com crueldade o fazia, humilhada pela outra na sua vaidade feminina, no seu orgulho de casta. E não só através do amor espúrio arrombaram as negras e sobretudo as mulatas, depressa surgidas, as barreiras de classe, penetrando, muito mais do que os homens de sua condição, na intimidade das famílias. Gilberto Freyre no-las mostra, amas de meninos, misturando às portuguesas as histórias e tradições africanas, amolecendo, tornando dengosa a linguagem familiar; mucamas, sendo confidentes dos namoros das mocinhas, vestindo e penteando as donas com quem, na diária convivência, criavam contactos mais próximos, mais humanos, mais dignificantes do que os em regra conseguidos pelos pajens e boleiros. Sem dúvida muitos molequinhos cresceram, ainda sem parentesco escuso, nas casas-grandes—alguns "futuros doutôres, bacharéis e até padres"—mas às mães o deviam, mães-pretas a quem cabia lugar de honra na antiga família brasileira.

A contribuição cultural da índia e da negra, assim como a sua função democratizadora, não me consta hajam sido devidamente avaliadas e valorizadas antes de *Casa-Grande & Senzala*. Antes dêsse livro, que foi realmente um divisor de águas dos estudos sociais entre nós, já se falava muito—em regra para lamentá-la—na miscigenação praticada pelos portugueses; mas não sei se haverá ocorrido a alguém que só assim se "corrigiu a distância social que doutro modo se teria conservado enorme entre a casa-grande e a mata tropical; entre a casa-grande e a senzala [...]. A índia e negra-mina a princípio, depois a mulata, a cabrocha, a quadrarona, a oitavona, tornando-se caseiras, concubinas e até espôsas legítimas dos senhores brancos, agiram poderosamente no sentido da democratização social do Brasil".

Quanto à influência da mulher branca, terá tido antes um cunho aristocrático, não só porque conhecia um nível de vida mais alto,

✱
P.P.
esco la

como também porque se tentaria instintivamente diferenciar de suas concorrentes coloridas. As primeiras portuguesas aqui chegadas, acompanhando os maridos ou vindas expressamente para se casarem com os povoadores, não sofreram o regime de submissão denunciado por Capistrano de Abreu; e nem lho quere-riam impor os companheiros que de sua colaboração necessita-vam para dominar a imensa terra bravia. Na região do açúcar, de início a única próspera, “às primeiras senhoras de engenho”, diz o escritor em *Sobrados e Mucambos*, “mulheres vindas de Portugal, deve-se uma série de comodidades de habitação e de vida, de assimilações e de adaptações felizes de valores e cultu-ras ancilares à imperial. Assimilações, adaptações e combinações de valores que logo distinguiram as zonas de colonização por gente casada daquelas em que os portugueses se estabeleceram sòzinhos, solteiros ou quase sem mulher branca”. Lembrando o pasmo do Padre Cardim ao encontrar em Pernambuco “grandes senhoras”, Gilberto Freyre acrescenta que “a presença da mulher européia em maior número é talvez o elemento mais vivamente responsável pelo fato de se ter desenvolvido desde o século XVI em Pernambuco, na Bahia, em São Vicente e, mais tarde, em Minas Gerais, no Maranhão, no Pará, em Santa Catarina, no Rio Grande do Sul, um tipo de habitação mais nobre do que noutros pontos de colonização portuguesa e espanhola na América [...]. A arquitetura de residência elegante e o estilo de vida doméstica a ela correspondente se acham ligados, na formação brasileira, ao maior domínio da mulher portuguesa sobre a vida colonial”. Foi ela quem adaptou ao gosto dos civilizados os ingredientes culinários trazidos pela cunhá, quem conservou e transmitiu as crenças e os costumes da metrópole, quem enxertou na nascente sociedade brasileira as vivências da lusa.

Permito-me sugerir que, nas áreas de maior mestiçagem, como São Paulo, onde, em 1610, um jesuíta afirmou só existir uma mulher portuguesa, as descendentes das “negras da terra”, desde que pertencessem à camada economicamente dominante e ti-vessem estatuto de brancas, exerceram no mesmo sentido, em-bora com menor apuro, a sua influência. Se não se deixaram muitos sertanistas ficar pelas terras que desbravavam, talvez o devessem à mulher que no planalto os esperava, confiante e operosa, mais rude do que a senhora de engenho, mas também gostando de mostrar os seus “vestidos de missa”, as suas jóias, o seu linho de casa, a sua prata. Contemporânea de María Cas-tanha, essa única mulher branca vista pelo visitante inaciano em começos do século XVII, foi Inês Monteiro, a rica e pode-rosa Matrona, alma da luta entre os Pires e os Camargos, de quem o Vice-Rei Conde de Atouguia dizia depender a paz da capita-

nia; é provável que não fôsse branca pura, mas cabocla, o que de modo algum a impedia de viver como dama de prol, social-mente branca, portanto, e de ter uma funda consciência da im-portância do grupo familiar, cuja noção é inseparável da de esta-bilidade. Obrigadas, pelas longas ausências dos maridos, a uma vida mais ativa do que as donas dos engenhos nordestinos, as paulistas seiscentistas e setecentistas, que guardavam a casa e geriam os bens, se não influíram na arquitetura—exigindo sem dúvida as bandeiras todo o capital disponível—representaram, no seu estilo próprio, tanto quanto as baianas e pernambucanas mais requintadas, a figura “da mulher-matrix, da mulher estável e mãe de família”, cuja importância em nossa formação tanto acentuou Gilberto Freyre. Importância que não se coadunaria com a passiva obediência que em regra lhe atribuem.

Aliás, o confinamento feminino é em *Sobrados e Mucambos* imputado sobretudo à urbanização: “O patriarcalismo brasileiro, vindo dos engenhos para os sobrados, não se entregou logo à rua; por muito tempo foram quase inimigos, o sobrado e a rua. E a maior luta foi travada em tórno da mulher por quem a rua ansiava, mas a quem o *pater-familias* do sobrado procurou con-servar o mais possível trancada na camarinha [...]. Fenômeno urbano e já do fim da era colonial será pois a reclusão feminina, da qual não há indícios em documentos mais antigos, como as Denúncias e Confissões feitas ao Santo Ofício na Bahia e em Pernambuco, mas da qual se ocupam todos os viajantes en-trados no Brasil depois da abertura dos portos. Certo, a senhora de engenho, como mais tarde a fazendeira, não usavam aparecer a estranhos, o que faria parte das convenções do tempo, ou seria medida de prudência natural e explicável, já que as regras da hospitalidade mandavam acolher qualquer forasteiro. Mas não viveriam oprimidas, nem seria possível que tal acontecesse, se lhes incumbiam, na direção de casas quase auto-suficientes, ta-refas exigindo qualidades de mando. Isolar-se-iam do mundo exterior, mas seriam o centro do seu mundo, o que haverá cer-tamente concorrido para lhes fortalecer a personalidade, para lhes permitir revelar sob certos aspectos mais caráter, maior re-sistência do que os homens.”

É rica de significação, é do maior interesse a observação feita por Gilberto Freyre sobre as reservas e negações que as senhoras e môças das famílias abastadas opuseram à europeização do ves-tuário. Custaram a adotar as modas francesas, o espartilho, o chapéu, mantendo-se fiéis aos vestidos e penteados de feição mais oriental, usados pelas mães e avós, elas, as tidas por faceiras e volúveis, enquanto os maridos e irmãos logo seguiram, na barba, no penteado, na gravata, na roupa, os figurinos de Paris

e Londres. Essa independência em relação à maneira de trajar é incontestável marca de superioridade, que noutras faces da existência se haveria de igualmente manifestar—no maternalismo, por exemplo, como chamou Gilberto Freyre à ação feminina que abrandou e corrigiu as durezas do patriarcalismo, representando a mãe um refúgio, uma proteção contra o pai excessivamente severo, imagem de força tranqüila e nunca de oprimida passividade.

Se, porém, foi muito mais livre e influente no círculo familiar—no largo círculo familiar de outrora—do que geralmente se acredita, nem por isso deixou a mulher de sofrer entre nós as conseqüências dos preconceitos que lhe negavam o direito de instruir-se, de preparar-se para qualquer ação fora do lar. Embora algumas criaturas excepcionais hajam conseguido derrubar obstáculos ou manhosamente os contornar, tem tóda a razão Gilberto Freyre quando lamenta a ausência de mulheres na direção da sociedade, afirmando que “da falta de feminilidade de processos—na política, na literatura, no ensino, na assistência social, noutras zonas de atividade—ressentiu-se a vida brasileira, através do esplendor e principalmente do declínio do sistema patriarcal”.

GILBERTO FREYRE E OS ARQUITETOS

Henrique E. Mindlin

A obra de Gilberto Freyre interessa especialmente aos arquitetos por duas razões de igual importância. Uma delas está no conhecimento profundo da gente e do meio, na penetração psicológica e sociológica que lhes pode advir do estudo dessa obra. A outra se relaciona diretamente a um problema—ou melhor, a um aspecto—fundamental da arquitetura moderna no Brasil: o regionalismo, a busca de valores característicos não só do país em si, como de cada uma das suas várias regiões.

Aliás, é preciso considerar a fundo o papel do arquiteto em nossa época para fazer justiça à contribuição que traz Gilberto Freyre ao seu trabalho.

Em uma cultura como a nossa, de tão movimentada transição, a arquitetura e o urbanismo não podem ficar reduzidos à simples expressão obediente da época—nem a sua função pode se restringir à mera tradução, em termos plásticos, ou seja, tridimensionais, de exigências de tóda ordem impostas de cima e aceitas passivamente, sem objeção e sem crítica. Muito ao contrário, a arquitetura e o urbanismo devem tornar-se fatores atuantes e poderosos no desenvolvimento construtivo desta fase de transição. É por isso que o arquiteto de hoje difere imensamente de seus colegas do passado, elementos ancilares, subservientes, no sentido político, do complexo social. Em vez de apenas cumprir ordens, de apenas procurar resolver da melhor forma possível, em termos estéticos, tecnológicos e econômicos viáveis, os problemas implícitos no programa postulado por outrem (isto é, pelo cliente individual ou coletivo), o arquiteto não pode fugir, hoje, à mais ampla participação na própria formulação de tais problemas e de tais programas. Em nossa civilização, industrial por definição e urbana como em nenhuma outra época, o meio físico criado ou modificado pelo homem de tal maneira condiciona tóda atividade individual ou coletiva, de tal modo lhe prescreve o campo ou a